



## ESTADO DE PERNAMBUCO

### Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017

#### ANEXO IX

#### DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM PARECER PRÉVIO

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 16100072-1 – Contas do exercício de 2015			
1- Promover a implantação de controles eficientes e eficazes na Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Município.	Implementado		A Administração vem tomando medidas de planejamento com o intuito de implementar controles eficientes e eficazes na Gestão Orçamentária.
2- Atentar para o procedimento de cálculo de previsão da receita, que deve pautar-se por indicadores reais e atualizados, de modo a evitar o estabelecimento de valores superestimados, a fim de que a execução das despesas seja realizada baseada numa expectativa real de arrecadação que garanta o devido suporte financeiro dos compromissos firmados, evitando, assim, o endividamento e,	Implementado		A Administração informa que desde já se compromete a observar tal recomendação, não obstante esclarecer que a arrecadação alcançada correspondeu a 99,41% (noventa e nove inteiros e quarenta e hum décimos por cento) da arrecadação prevista, ou seja, a arrecadação correspondeu a praticamente a 100% (cem por cento) da previsão da receita corrente do exercício de 2015



consequentemente, a deterioração da saúde fiscal do município.			
3- Elaborar adequadamente a Programação Financeira e Cronograma Mensal de Desembolso até 30 dias após a publicação da LOA, nos termos estabelecidos pela LDO, a fim de que seja realizado o fluxo de caixa do município, de modo a que, uma vez detectada a frustração de alguma receita que possa comprometer o planejamento da execução orçamentária, sejam tomadas as devidas providências quanto às limitações de empenhos, para que seja garantido o equilíbrio financeiro e fiscal do município.	Implementado Parcialmente		A Administração vem tomando medidas mais eficazes de planejamento com o fim de evitar o desequilíbrio financeiro e fiscal do município.
4- Aprimorar o controle contábil por fontes/destinação de recursos, a fim de que sejam obedecidos os saldos de cada conta, evitando, assim, a realização de despesas sem lastro financeiro, de modo a preservar o equilíbrio financeiro e fiscal do município.	Implementado	A Administração tem investido em mecanismo para fomentar os registros contábeis, estruturados em consonância com as regras estabelecidas no MCASP, não obstante estar atenta aos avanços tecnológicos que proporcionem um maior controle de registro contábil mais eficiente e em consonância com o MCASP.	
5- Adotar as medidas necessárias junto à Procuradoria Municipal ou outro competente, com vistas à operacionalização das cobranças dos créditos inscritos em Dívida Ativa, como	Implementado	A Administração Pública tem promovido mutirões de cobrança e incentivado o contribuinte ao recolhimento dos impostos municipais, através de implementação de políticas fiscais que	



forma de incrementar a arrecadação dos tributos municipais, garantindo a devida liquidez e tempestividade na cobrança dos tributos.		incentivam o recolhimento de tributos municipais. Ademais, mister citar a alteração da legislação no tocante ao ISS e o decreto que incentiva o recolhimento de IPTU através de descontos legalmente previstos no Código Tributário Municipal.	
6- Abster-se de realizar inscrições em Restos a Pagar sem a correspondente disponibilidade de caixa que garanta o devido suporte financeiro aos compromissos firmados.	Implementado parcialmente		A Administração se compromete a não realizar inscrições em restos a pagar sem a correspondente disponibilidade de caixa, não obstante no exercício de 2015, o déficit de inscrições de restos a pagar, ter se dado em relação ao restos a pagar não processados, ou seja, se deu em relação às despesas empenhadas e que não foram liquidadas até o dia 31 de dezembro do exercício em questão, de modo que a despesa foi empenhada, mas o objeto da despesa efetivamente ainda não fora recebido pelo ente público no caso de um bem, ou não fora efetivamente prestado, no caso de um serviço
Processo TC nº:			
Processo TC nº: 17100330 – Contas do exercício de 2016	Não Implementado		As contas ainda não foram apreciadas, não obstante a Administração mobilizar-se para o atendimento das normativas legais da administração pública, dentro



			dos princípios que a regem. Dessa forma, não houve recomendações no tocante ao exercício em questão.
Processo TC nº:			
Processo TC nº: Prestação de contas do exercício de 2017	Não Implementado		As contas ainda não foram apreciadas, não obstante a Administração mobilizar-se para o atendimento das normativas legais da administração pública, dentro dos princípios que a regem. Dessa forma, não houve recomendações no tocante ao exercício em questão.